



25 ANOS

InfoSNESup 231

Newsletter MAIO de 2015 – 1ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

DIRIGENTES QUEREM CONDENAR

COLEGAS DO REGIME TRANSITÓRIO

IMPENSÁVEL! - GOVERNO PRETENDE

CRIAR O “APARTHEID” NO ENSINO SUPERIOR

SNESup REÚNE COM PRESIDENTE DA FCT

U. COIMBRA ACÓRDÃO SOBRE ISENÇÃO DE PROPINAS

SNESup REÚNE COM REITORIA DO ISCTE

SNESup REÚNE COM DOCENTES DA UTAD

SNESup REÚNE COM PRESIDÊNCIA DO IPTOMAR

SNESup REÚNE COM PRESIDÊNCIA DA ENIDH

RPSD DO IPSETÚBAL: ILEGALIDADES EVITÁVEIS

SNESup REÚNE COM O BASTONÁRIO

DA ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

SNESup PRESENTE NAS CONVERSAS

SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

DIRIGENTES QUEREM CONDENAR COLEGAS DO REGIME TRANSITÓRIO

Muitas vezes os Colegas são os nossos piores carrascos.

Olhando para despachos recentes, produzidos pelos Colegas que foram eleitos para presidentes de alguns Institutos Politécnicos, parece ser este o princípio base. Temos os mesmos Colegas dirigentes que homologaram distribuições de serviço com cargas horárias para além do limite legal, que se "esqueceram" de diminuir o serviço a quem tinha de concluir os seus trabalhos de investigação para doutoramento, a vir agora rapidamente impor limites antecipados para as entregas das teses.

A lei permite que haja renovações de dois anos para os Colegas que estejam em estado adiantado de doutoramento, mas a sapiência e o modo como os seus Colegas - dirigentes os olham como cavalos de tiro, leva a que a sentença atalhe caminho: onde se lê dois anos, provem que o fazem num ano só.

Já antevíamos problemas aquando da abordagem ao Orçamento de Estado de 2015 e dos cortes previstos, que nos pareciam ligados à [questão do regime transitório](#).

De 2009 a 2013, o subsistema politécnico público tem menos 0,3% de alunos, contudo o seu número de docentes foi reduzido em 8% (as universidades públicas aumentaram o seu corpo docente em 4% para um crescimento no número de alunos de 10%).

Não tenhamos dúvidas, o descrédito do Ensino Superior Politécnico é algo que faz mal ao País como um todo, ao Ensino Superior, às regiões e com graves consequências na vida das instituições.

2

O regime transitório era uma forma digna de dar condições de investigação e qualificação a quem tinha mantido o funcionamento das necessidades permanentes das instituições em condições precárias. A prova da qualidade de muitos dos Colegas está à vista: sem dispensas e sem apoios, conseguiram terminar os seus doutoramentos. É o exemplo das enormes capacidades de muitos destes Colegas, mas se tal doutrina fizesse o seu caminho terminavam os apoios à qualificação avançada em Portugal.

Para alguns dirigentes, o regime transitório nunca foi esse caminho de dignidade, mas antes o cadafalso que iria poupar custos em 2015 e fazer as instituições dispor de uma reserva de mão-de-obra a tempo parcial. Querem manter apenas o seu poder. Por isso têm tanta dificuldade em respeitar os rácios estabelecidos pela lei. Sedentos dos cortes pediram um parecer para saber se deveriam ler que todos os contratos eram para terminar a 31 de agosto de 2015. Quando a tutela respondeu que não era uma guilhotina mas sim uma forca, muitos suspiraram por, no mínimo, uma fogueira em praça pública.

Entretanto já há cartas a perguntar se os Colegas estão dispostos a ser contratados como assistentes a tempo parcial, a 50 ou 59% - demonstração evidente de que estes Colegas fazem falta, suprimem necessidades permanentes e só a asfixia financeira das

instituições, (conjugada com alguma falta de respeito) impede que sejam contratados em condições justas.

O filósofo Aristóteles disse uma vez: o *philoí, oudeis philos*. Há quem leia esta frase como “oh amigos, não há amigos”. Advogou o filósofo italiano Giorgio Agamben que esta era uma má tradução. Seria, mas não no caso português e menos ainda no caso de vários dos colegas que dirigem as instituições. O ditado popular diz: quem te avisa teu amigo é. Com amigos destes, o fim está sempre mais próximo.

IMPENSÁVEL! - GOVERNO PRETENDE CRIAR O “APARTHEID” NO ENSINO SUPERIOR

Foi com enorme estupefação e incredulidade que tomámos conhecimento do projeto do Ministério da Educação e Ciência para o [Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior](#).

Nesta, propõe-se que dois cursos só sejam considerados iguais se pertencerem ao mesmo subsistema (universitário ou politécnico).

Ou seja, uma licenciatura ou mestrado com a mesma designação, mas se forem lecionadas num politécnico e numa universidade, ainda que tendo programas, objetivos semelhantes e docentes igualmente qualificados, passam a ser considerados cursos diferentes. Com base nesta lógica incompreensível, esta proposta veda a possibilidade de transferência entre cursos iguais mas de subsistemas diferentes. O que também põe em causa a capacidade e autonomia das instituições de selecionarem os seus alunos e viola o que está estabelecido no RJIES.

Ou seja, independentemente das suas capacidades, dos méritos das instituições e cursos que frequentam, não deve haver “misturas” de alunos de politécnicos e universidades!

Já agora, será que os docentes que lecionam e/ou fazem investigação nos dois subsistemas também devem ser impedidos de o fazerem para evitar o perigo de “contaminação”? E os projetos que cada vez mais se realizam com instituições dos dois subsistemas também devem ser proibidos?

Os vários rankings que vão sendo publicados mostram, sem margem para dúvida, que a qualidade e o perfil da formação e investigação não depende apenas do subsistema, do mesmo modo que não depende apenas de a instituição ser pública ou privada. Não há pois dados objetivos que possam fundamentar tal proposta. Sendo assim, ela só pode resultar de uma visão ultrapassada, retrógrada e preconceituosa da qualidade e da realidade do ensino superior em Portugal.

Não pensávamos que um governo que deve promover o bem público pudesse apresentar uma proposta tão lesiva dos interesses dos alunos, das instituições, do

trabalho em rede e que iria criar distinções artificiais baseadas no nome e não no mérito.

Uma proposta como esta só pode merecer o repúdio de todos os agentes do ensino superior: CCISP, CRUP, docentes e alunos. O superior interesse dos alunos e do país assim o exige.

Desde já apelamos a uma forte rejeição desta proposta e a que o governo a retire e reveja imediatamente

SNESup REÚNE COM PRESIDENTE DA FCT

A Direção do SNESup reuniu com a nova Presidente da FCT no passado dia 14 de maio. Para além da apresentação de cumprimentos e votos de bom mandato, esta foi uma oportunidade para serem analisadas algumas questões essenciais e prementes.

Abordámos por isso a questão da denúncia ao Ministério Público sobre o processo de avaliação das unidades de investigação e desenvolvimento, que foi já acompanhado de ações judiciais por parte de algumas unidades. A nova Presidente da FCT pretende pacificar a situação, que pode vir a tornar-se profundamente constrangedora. Tal como a própria FCT reconhece, existe a possibilidade de os tribunais ordenarem o reinício de todo o processo. Ainda assim, encontram-se em desenvolvimento algumas das propostas avançadas pelo CRUP e que podem ter impacto nas matérias da 2ª fase. Mas o processo torna-se cada vez mais enviesado, sendo óbvia a negociação. Várias unidades aguardam pela decisão sobre as suas reclamações, com uma forte probabilidade de avançarem com mais ações em tribunal. Tal como tivemos oportunidade de referir, o tempo agudiza as consequências deste processo. Há áreas de investigação em que se perdem equipas completas, processos de internacionalização de alto nível e investimento.

Levantámos também o problema do atual Estatuto do Bolseiro, um documento que, como a FCT reconhece, possui várias limitações que o desvalorizam legalmente. O problema deste Estatuto torna-se ainda mais pertinente quando várias instituições passaram a recorrer à figura do bolseiro para o desenvolvimento de relações de trabalho. Note-se que todas estas situações deveriam carecer de avaliação pela FCT, mas dado que o Estatuto não prevê penalizações, a lei torna-se letra morta. Importa, por isso, rever o Estatuto do Bolseiro e terminar com as situações de abuso ao recurso desta figura. As instituições têm de passar a ser claras sobre o seu problema de financiamento e não o escamotearem com recurso a más práticas.

Alertámos ainda para alguns problemas relativos às bolsas, quer em termos de atrasos ao seu pagamento (em muitos casos por atrasos na assinatura dos contratos), bem como as consequências das novas regras do concurso de bolsas que agora terminou, em especial na figura das bolsas de pós-doutoramento.

Tivemos ainda tempo para abordar as questões relativas ao programa Portugal 2020, nomeadamente o papel que a FCT terá na avaliação dos projetos. Em várias Universidades e Institutos Politécnicos foram recolhidas propostas que podem vir a receber apoio através das verbas comunitárias. Trata-se de projetos que possuem equipas com qualificações, formação avançada e conhecimentos, existindo uma relação com direitos de autor, que não podem ser presas fáceis de interesses instalados. Trabalhar para a competitividade do País significa aproveitar o investimento na formação, dando aos nossos mais qualificados oportunidades para que possam desenvolver o seu trabalho. Por esse motivo parece-nos necessário que exista não só um envolvimento na avaliação, como também um acompanhamento dos processos, com momentos de aferição que garantam a qualidade das propostas, não permitindo situações em que o nome e o trabalho dos investigadores sejam utilizados para que certos interesses obtenham financiamento. Como é óbvio, esta avaliação e acompanhamento não podem ser comprometidos pelos erros dos últimos concursos. É fundamental uma FCT que funcione bem.

U. COIMBRA ACÓRDÃO SOBRE ISENÇÃO DE PROPINAS

Recebemos um importante [acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte](#), num caso patrocinado pelo SNESup, com vista à resolução da questão do pagamento das propinas por parte dos docentes que necessitam do grau para efeitos de carreira. Convidamos os Colegas a lerem a sentença proferida por este tribunal, pois ele contém elementos importantes. De notar também a referência ao nosso site para consulta ao texto da [Recomendação do Provedor de Justiça](#) sobre esta matéria, bem como [comunicação da Provedora-Adjunta](#), também sobre esta matéria.

5

Conclui, e bem, o coletivo de juízes que a isenção é um direito destes docentes, sendo que não podem eles ser prejudicados com um ónus de custo que surge de uma relação creditícia entre as instituições e o Estado. Já é tempo de parar de fazer dos docentes reféns da falta de financiamento do ensino superior.

Sobre o tema da isenção de propinas, várias Universidades informaram-nos em privado de que estavam de acordo em que não deveriam ser os docentes a suportar este custo, esperando que surgissem sentenças que lhes dessem razão para poder resolver-se o problema. Ora as sentenças estão aí, já ao nível do Tribunal Central Administrativo. É tempo de parar com o jogo do empurra para os mais fracos e assumir de vez que este é um problema para resolver e que tem de estar contemplado nas matérias de financiamento.

Solicitámos já uma reunião com o Reitor da Universidade de Coimbra, por forma a sensibilizá-lo para esta questão. Estamos em crer que existem razões e sentenças que permitem aos reitores solicitar o financiamento à tutela e terminar-se com a exigência de pagamento a quem se encontra isento por lei.

SNESup REÚNE COM REITORIA DO ISCTE

No passado dia 12 de maio, a Direção do SNESup reuniu com a reitoria do ISCTE a propósito da proposta de Despacho 31/2015. Este despacho está para nós ferido de algumas ilegalidades, sobretudo por desrespeitar o estabelecido na alínea a) do nº2 do Artº 6º do ECDU, ou seja, a possibilidade de os docentes poderem dedicar-se total ou parcialmente a qualquer das componentes da atividade académica, numa base de equilíbrio plurianual e por um tempo determinado, com contabilização e compensação obrigatórias das eventuais cargas horárias letivas excessivas. A este elemento, adiciona-se a falta de negociação nas alterações ao Regulamento de Prestação de Serviço Docente. A própria reitoria admitiu que era mais razoável verificar antecipadamente esta matéria connosco.

Nota-se a excessiva importância que passou a ser dada às métricas das publicações, com orientações expressas que violam a autonomia científica, impondo um regime que é alvo de críticas a nível internacional. Esta ênfase nas publicações indexadas de 1º e 2º quartil, que deriva também do reducionismo imposto ao nível de políticas científicas, já havia sido demonstrado aquando das alterações ao Regulamento de Avaliação Docente. Tal como ficou claro, trata-se de uma matéria que deriva sobretudo das atuais lógicas de financiamento, mas que entra num caminho voluntarista que valida um sistema muito questionável.

O que ficou claro e óbvio é que este tipo de despacho retira a liberdade na determinação dos percursos. A ideia de que os docentes se encontram num quadro de relações de trabalho não legitima o estabelecimento de ditames que podem, inclusive, prejudicar, impondo-se uma lógica que é alvo de profundas críticas. Por outro lado, existe uma profunda preocupação com as questões das cargas letivas que condenam alguns docentes a permanecer indefinidamente num círculo vicioso em que as aulas ocupam todo o espaço, sem hipótese de desenvolver a sua investigação. Há que compreender a gestão como uma combinação de vontades e não como uma matéria de determinação superior dominada pelo discurso do Mestre.

Ficou assente o regresso a um quadro de colaboração com a reitoria, pelo que esperamos em breve poder reunir para trabalhar outras matérias pendentes, nomeadamente a questão dos bolseiros.

SNESup REÚNE COM DOCENTES DA UTAD

A Direção do SNESup, representada pelo seu Vice-Presidente, Gonçalo Leite Velho e por Romeu Videira, reuniu com os docentes da UTAD no dia 11 de maio. O tema principal passou pelo regime transitório, tendo sido salientada a situação dos Leitores. Dada a possibilidade de o termo dos contratos destes Colegas poder ser posterior a 1 de setembro, foi levantada a hipótese de se recorrer a uma renovação antecipada, que permita prolongar estes contratos por mais um ano. Para sensibilizar os dirigentes para a importância desta questão foi abordada a necessidade de mobilização nesta Universidade, por forma a permitir uma perceção da sua situação e assim abrir um espaço de negociação.

Foi também evocada a iniciativa de queixa à Comissão Europeia por incumprimento da Diretiva Comunitária 1999/70/CE, nomeadamente a possibilidade de abertura de alguns grupos parlamentares para, através de uma intervenção legislativa, promoverem uma vinculação extraordinária dos docentes e investigadores que se encontram há vários anos em situações precárias. Para que tal possa ser conseguido foi referida a importância da mobilização para o evento de dia 29 de maio, na Assembleia da República.

Quanto à reorganização do Ensino Superior, foram referidas as intenções dos delegados da UTAD em organizar um painel de debate sobre as Universidades do Norte em finais de junho

SNESup REÚNE COM PRESIDÊNCIA DO IPTOMAR

O SNESup, representado pelos seus Delegados Sindicais e membros da Direção, foi recebido pelo Presidente do Instituto Politécnico de Tomar (IPT) e pelo seu gabinete jurídico no passado dia 11 de maio.

A reunião decorreu num ambiente cordial tendo sido discutidos o regime transitório, a situação dos docentes com estado avançado de tese de doutoramento; as diretivas do IPT sobre a obrigatoriedade de reposições de aulas tendo estas sido faltas justificadas; a questão do horário em regime noturno (que nos últimos anos se tornou imposição nalguns cursos diurnos!), a sua não contabilização correta na distribuição de serviço docente, sendo os docentes prejudicados tanto no processo de avaliação de desempenho como nas suas vidas familiares; os atrasos no processo de avaliação de desempenho e na definição dos critérios de avaliação para os docentes que terminam o período experimental; a dificuldade dos docentes em obterem os comprovativos das nomeações dos cargos de gestão atribuídos pela própria instituição prejudicando-os mais uma vez aquando do processo de avaliação de desempenho do docente; e por fim não ter sido aplicada a lei quanto ao reescalonamento remuneratório dos docentes que obtiveram a pontuação necessária para tal na avaliação de desempenho anterior a 2011, sendo os docentes prejudicados tanto na progressão de carreira como financeiramente.

O SNESup expressou a sua posição face aos problemas referidos, esforçando-se por alcançar uma ponte de entendimento entre a posição do Sindicato e a Presidência do IPT. Esta, comprometeu-se a reunir brevemente com o SNESup para comunicar a sua posição sobre os assuntos em questão, antes da emissão de um comunicado à comunidade IPT. Refira-se a perspetiva positiva da Presidência do IPT sobre várias das temáticas debatidas.

O SNESup contribui, deste modo, como plataforma de interlocução na resolução e defesa dos problemas que afetam os Colegas, através do apelo a uma prática correta sobre o direito laboral por parte das instituições e no incremento da informação através da representação ativa dos Colegas em contexto laboral.

SNESup REÚNE COM PRESIDÊNCIA DA ENIDH

A Direção do SNESup reuniu com a Presidência da Escola Náutica Infante D. Henrique (ENIDH) no passado dia 7 de maio. Foram abordados os temas relativos ao regime transitório e ao financiamento. A reunião decorreu num tom cordial e de cooperação, procurando-se dar algumas soluções que permitam apoiar os Colegas que se encontram abrangidos pelo regime transitório. Registamos a abertura da Presidência da Escola para a adoção destas soluções. Os Colegas em causa estão a terminar o seu doutoramento (há mesmo o caso de quem já entregou a tese), tendo conseguido realizar a sua investigação em condições que todos reconhecem como difíceis. Há condições para que a ENIDH possa ser um bom exemplo. Demonstrámos também preocupação com algumas expressões menos conseguidas de alguns governantes, na sua perceção relativamente ao financiamento da Escola. Num momento em que se aborda a importância da economia do mar não se pode sub-financiar uma Escola com esta importância e história.

RPSD DO IPSETÚBAL: ILEGALIDADES EVITÁVEIS

Tal como havíamos dado conta em números anteriores da [InfoSNESup](#), depois de recebermos a [versão do projeto de Regulamento de Prestação de Serviço dos Docentes](#) (RPSD) do Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) e de reunirmos com o seu Presidente, identificámos um conjunto de problemas e ilegalidades que precisavam de ser corrigidas.

Se várias das sugestões do SNESup foram acolhidas de imediato pelo IPS (como por exemplo as relativas a salvaguarda de direitos de parentalidade, a garantia de cumprimento do regime regra de dedicação exclusiva), já outras matérias não mereceram acolhimento e [vimo-nos na obrigação de voltar a chamar a atenção para a necessidade de considerar as mesmas](#), nomeadamente quanto ao respeito pelo limite máximo de horas letivas previstas pelo ECPDESP, ou a limitação à escolha do quadro institucional para realização de investigação. Não nos restará assim outra alternativa que não tentar a impugnação das normas ilegais bem como apoiar os Colegas que se sintam prejudicados pela aplicação das mesmas.

SNESup REÚNE COM O BASTONÁRIO DA ORDEM DOS TÉCNICOS OFICIAIS DE CONTAS

A Direção do SNESup reuniu no dia 6 de maio com o Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Fomos recebidos na sede da Ordem numa reunião onde se trabalharam possíveis pontos de articulação. Note-se que há vários Colegas que são membros de ambas as organizações, existindo um espaço de intervenção que pode ser desenvolvido, nomeadamente em termos de eventos, publicações, estudos e outras matérias. Foi assim aberto um espaço que respeite o caráter de ambos os organismos, mas permita que se estabeleçam pontos que são do interesse dos membros de ambas as organizações.

SNESup PRESENTE NAS CONVERSAS SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL

O SNESup esteve presente em Coimbra no evento "Conversas Sobre o Movimento Estudantil" organizado pelo Conselho de Repúblicas. A participação deu-se através da presença do Vice-Presidente Gonçalo Leite Velho na sessão dedicada ao tema "Professores, Estudantes, Investigadores e Bolseiros: Uma Luta Comum?", que ocorreu no Ateneu, no passado dia 5 de maio. Foi um momento importante que seria bom poder replicar noutros locais do país, permitindo articular as ações sobre os problemas comuns que afetam o Ensino Superior e Ciência e que é, sem dúvida, partilhada por docentes, estudantes, investigadores e bolseiros. Tal como afirmámos, os problemas são de tal modo transversais que poderíamos mesmo imaginar um sindicato do ensino superior que englobasse o movimento de todos estes intervenientes. Estão de parabéns os organizadores a quem agradecemos o simpático convite.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

[Portaria n.º 135/2015 – D.R. n.º 95/2015, Série I de 2015-05-18](#)

- Ministério da Educação e Ciência

Autoriza o registo dos estatutos do Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro

[Regulamento n.º 243/2015 - D.R. n.º 92/2015, Série II de 2015-05-13](#)

- Instituto Politécnico da Guarda

Regulamento de Contratação de Pessoal Docente Especialmente Contratado do IPG

[Regulamento n.º 242/2015 - D.R. n.º 92/2015, Série II de 2015-05-13](#)

- Instituto Politécnico da Guarda

Regulamento de Reconhecimento do Título de Especialista pelos CTC do IPG

[Regulamento n.º 240/2015 - D.R. n.º 92/2015, Série II de 2015-05-13](#)

- Universidade de Lisboa - Faculdade de Medicina

Regulamento de remunerações adicionais de docentes e investigadores da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

[Despacho n.º 4967-A/2015 - D.R. n.º 91/2015, 2º Suplemento, Série II de 2015-05-12](#)

- Universidade de Lisboa - Reitoria

Homologa as alterações dos Estatutos da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

[Regulamento n.º 230/2015 - D.R. n.º 90/2015, Série II de 2015-05-11](#)

- Universidade de Lisboa - Instituto Superior de Agronomia

Regulamento para contratação de investigadores convidados no âmbito de programas, projetos e prestações de serviço

[Despacho n.º 4905-B/2015 – D.R. n.º 90/2015, 1º Suplemento, Série II de 2015-05-11](#)

- Universidade de Coimbra

Alteração aos Estatutos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

[Despacho n.º 4695/2015 – D.R. n.º 88/2015, Série II de 2015-05-07](#)

- Ministério da Educação e Ciência – Direção-Geral do Ensino Superior
Autoriza as instalações do Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro

[Despacho n.º 4594/2015 – D.R. n.º 87/2015, Série II de 2015-05-06](#)

- Ministério da Educação e Ciência – Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior
Autoriza a Universidade dos Açores a criar uma unidade orgânica de ensino politécnico, denominada Escola Superior de Tecnologias, e a proceder à fusão das suas duas Escolas Superiores de Enfermagem, bem como à sua transformação em Escola Superior de Saúde

[Despacho n.º 4593/2015 – D.R. n.º 87/2015, Série II de 2015-05-06](#)

- Ministério da Educação e Ciência – Gabinete do Secretário de Estado do Ensino Superior
Declara que a transmissão que se venha a operar do Instituto Superior de Saúde do Alto Ave da ENSINAVE – Educação e Ensino Superior do Alto Ave, S. A. para a EPATV – Escola Profissional Amar Terra Verde, Lda. não altera os pressupostos e circunstâncias subjacentes à atribuição do seu reconhecimento de interesse público

[Deliberação n.º 696/2015 – D.R. n.º 86/2015, Série II de 2015-05-05](#)

- ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Alteração ao Anexo I dos Estatutos do ISCTE-IUL – Artigo 2.º Unidades de investigação

10

EVENTOS

CALL FOR PAPERS/ABSTRACTS

Congresso Nacional de Práticas Pedagógicas no Ensino Superior

3 de julho, Instituto Politécnico de Leiria

Data limite: 31 maio

[Saiba mais aqui](#)

CONGRESSO INTERNACIONAL "CULTURAS EM NEGATIVO"

1 a 3 outubro – Braga –Universidade do Minho

Data limite: 30 junho

[Saiba mais aqui](#)

OUTROS EVENTOS

12th International Conference on the European Energy Market - EEM15

20-22 maio, Instituto Superior de Engenharia de Lisboa-IPP, Lisboa, Portugal

[Saiba mais aqui](#)

Congresso Internacional Luso-Brasileiro 100 Orpheu

25 a 28 maio, S. Paulo, Universidade de São Paulo e na PUC de São Paulo

[Saiba mais aqui](#)

Simpósio “Integração de Doutorados nas Empresas - Desafios e soluções para o futuro”

28 maio, ITQB, Oeiras

[Saiba mais aqui](#)

European Social Survey Conference

28 e 29 maio, University of Limerick, Ireland

[Saiba mais aqui](#)

I Conferência Ibérica de Sociologia da Educação - A Educação na Europa do Sul - Constrangimentos e desafios em tempos incertos

9-11 julho, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, UNL

[Saiba mais aqui](#)

21st Annual World Congress - World Association for Medical Law- WAML

3 a 6, Agosto, Coimbra.

[Saiba mais aqui](#)

Conferência Internacional “A educação comparada para além dos números – contextos locais, realidades nacionais e processos transnacionais”

25-27 janeiro 2016, Universidade Lusófona, Lisboa

[Saiba mais aqui](#)

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Av. 5 de Outubro,104, 4º - 1050-060 LISBOA - Telefone 217 995 660 - snesup@snesup.pt

Pr. Mouzinho Albuquerque, 60, 1º - 4100-357 PORTO - Telefone 225 430 542 - snesup.porto@snesup.pt

Estrada da Beira, 503, R/C, A - 3030-173 COIMBRA - Telefone 239 781 920 - snesup.coimbra@snesup.pt

The logo for SNESup features the text "SNESup" in a serif font, with a blue square icon to its right. The background of the logo area consists of a pattern of overlapping light blue and white triangles.